

DOI: <https://doi.org/10.18764/2178-2229v33n1e27366>

O papel dos programas de pós-graduação em políticas públicas situados na Região Nordeste na reversão das desigualdades sociais por meio das tecnologias sociais

The role of graduate programs in public policy located in the Northeast Region in reversing social inequalities through social technologies

El papel de los programas de posgrado en políticas públicas ubicados en la Región Nordeste en la reversión de las desigualdades sociales a través de las tecnologías sociales

Jairo de Carvalho Guimarães

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5901-5026>

Resumo: Parece estatuído no cenário científico brasileiro que a sociedade demanda, historicamente, a intervenção do Estado para que seja possível atender as mais básicas necessidades, especialmente aquelas que são essenciais para as pessoas de vulnerabilidade social. Nestes termos, o presente estudo tem como objetivo analisar algumas das ações que foram coordenadas por pesquisadores e estudiosos de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) nos últimos 05 (cinco) anos (2020 a 2024), por meio de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Políticas Públicas da Região Nordeste, envolvendo duas temáticas que se imbricam e têm conexão direta com a mitigação das assimetrias sociais: a Questão Social e as Tecnologias Sociais. A identificação de problemas sociais e a utilização de Tecnologias Sociais, visando ao equacionamento destas questões, são basilares na redução das desigualdades sociais e, sob esta perspectiva, a academia, no âmbito do *Stricto Sensu*, tem contribuído para promover, sugerir e encaminhar política(s) pública(s) de inclusão, de intervenção e de solução destas questões. Como conclusão e a partir do centralismo nas Tecnologias Sociais, foi possível identificar que as IFES têm contribuído pouco para a reversão de cenários desfavoráveis, quando o objeto da intervenção são comunidades fragilizadas, cuja iniquidade é potencializada pela inércia do Estado no que concerne às ações de alcance socioeconômico.

Palavras-chave: questão social; desigualdades sociais; universidades; tecnologias sociais.

Abstract: It seems established in the Brazilian scientific scenario that society has historically demanded State intervention in order to meet the most basic needs, especially those that are essential for people in social vulnerability. In these terms, this study aims to analyze some of the actions that have been coordinated by researchers and scholars from Federal Higher Education Institutions (IFES) in the last 05 (five) years (2020 to 2024), through *Stricto Sensu* Graduate Programs in Public Policies in the Northeast Region, involving two themes that overlap and have a direct connection with the mitigation of social asymmetries: the Social Question and Social Technologies. The identification of social problems and the use of Social Technologies to address these issues are fundamental to reducing social inequalities and, from this perspective, academia, within the scope of the *Stricto Sensu*, has contributed to promoting, suggesting and forwarding public policy(ies) for inclusion, intervention and solutions to these issues. In conclusion, and based on the centrality of Social Technologies, it was possible to identify that IFES have contributed little to reversing unfavorable scenarios, when the object of



Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

intervention is fragile communities, whose inequity is exacerbated by the State's inaction regarding actions of a socioeconomic nature.

Keywords: social issue; social inequalities; universities; social technologies.

Resumen: Parece establecido en el panorama científico brasileño que la sociedad ha exigido históricamente la intervención del Estado para satisfacer las necesidades más básicas, especialmente las esenciales para las personas socialmente vulnerables. Por lo tanto, este estudio busca analizar algunas de las acciones coordinadas por investigadores y académicos de las Instituciones Federales de Educación Superior (IFES) durante los últimos cinco años (2020 a 2024), a través de los Programas de Posgrado Stricto Sensu en Políticas Públicas en la región Nordeste, que abordan dos temas interrelacionados y directamente vinculados con la mitigación de las asimetrías sociales: la Cuestión Social y las Tecnologías Sociales. Identificar los problemas sociales y utilizar las Tecnologías Sociales para abordarlos es fundamental para la reducción de las desigualdades sociales. Desde esta perspectiva, la academia, en sentido estricto, ha contribuido a promover, sugerir e implementar políticas públicas para la inclusión, la intervención y la solución de estos problemas. En conclusión, y con base en la centralidad de las Tecnologías Sociales, se pudo identificar que los IFES han contribuido poco a revertir escenarios desfavorables cuando el objetivo de la intervención son las comunidades vulnerables, cuya inequidad se ve agravada por la inacción del Estado frente a acciones de carácter socioeconómico.

Palabras clave: problemas sociales; desigualdades sociales; universidades; tecnologías sociales.

1 Introdução

A função que pauta o presente estudo está interligada com uma análise crítica orientada pela concepção de que as desigualdades sociais presentes no Brasil contemporâneo não apenas demarcam uma historicidade que evidencia as fragilidades de uma democracia insuficiente, porque presente a “desigualdade de condições”, nos termos de Tocqueville (2019, p. 538), mas também sob a perspectiva da *polis* grega, em cujo espaço, naturalmente orientado por debates, dissensos e consensos, a democracia presumia a prática coletiva da igualdade como forma de demarcar o território político, na medida em que a igualdade convergia para a liberdade, outro ponto que os gregos defendiam a toda prova (Singer; Araujo; Belinelli, 2021).

Sob uma perspectiva histórica, conforme aventa Guarinello (2021) em sua análise, o resgate dos elementos fundadores da democracia greco-romana – tomando aspectos como pertencimento, participação, liberdade individual, cidadania e direitos – possui conotações diversas das entendidas e promovidas na contemporaneidade do Sul Global, o que impõe um esforço conceitual, sociológico e teórico adicional a fim de compreender a dinâmica da atualidade brasileira, mesmo considerando que as demandas sociais naquela época – séculos IV e II a. C. – já expressavam um ponto de inflexão e de aceleração de conflitos (Guarinello, 2021).

Assim, a imbricação entre o cenário de assimetrias sociais, conferido à realidade brasileira, e o contexto da democracia na sua mais sutil concepção impõe uma análise reflexiva e crítica a fim de costurar os elos que estruturam o papel dos Programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas localizados na Região Nordeste e sua missão de conhecer, desvelar, compreender e acionar mecanismos de reversão de determinado problema social. Parte-se da convicção de que a permanente implementação de política(s) pública(s) – conduzida(s) pelo Poder Executivo ou emanada(s) do Poder Judiciário – caracteriza(m) e expressa(m), com nitidez pura, uma lacuna social que precisa ser superada, constituindo, desde então, um meio eficaz para solucionar em alguma medida os problemas sociais que o país expõe no seu cotidiano. Nestes termos, o estudo se apoia nas Tecnologias Sociais como instrumento eficaz na promoção de encaminhamentos factíveis e objetivos com o fito de assumir os pontos de inflexão sociais, cujo propósito recai na reversão de cenários desfavoráveis.

A proposta do presente estudo é, apoiado em levantamento de campo junto aos Programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas, promover uma análise sobre as imbricações que há entre a necessidade de implementação de Tecnologias Sociais para a solução dos problemas nacionais e a comprovada imaturidade e a inconclusividade da democracia brasileira, tornando ainda mais complexa a formação de uma estrutura política capaz de permitir a execução de medidas que mitiguem ou reduzam as desigualdades sociais no Brasil, especialmente quando se confere aos homens comuns a sugestiva designação de apáticos político-culturais (Chauí, 2007), fruto do distanciamento entre os representantes e a sociedade (representados) e mesmo pela falta de esperança na efetivação de Políticas Públicas voltadas a debelar as fissuras sociais vigentes.

Nesta seara, reconhecendo que uma política pública – doravante Políticas Públicas – por meio de programas, projetos, subsídios, incentivos fiscais, etc., revelam efetividade na mitigação das fissuras sociais existentes, propugna-se que a academia, por intermédio de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Políticas Públicas, **tem** desempenhado um papel relevante na elaboração de estudos, de pesquisas e de conhecimento que resultaram na aplicação pragmática a grupos vulneráveis. Com efeito, o presente estudo tem como objetivo analisar as ações que foram coordenadas por pesquisadores e estudiosos de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)

nos últimos 05 (cinco) anos, por meio de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Políticas Públicas, localizados na Região Nordeste. A opção pela Região Nordeste se justifica pelo fato de que o presente estudo envolve um Projeto de Pesquisa apoiado pelo CNPq¹ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Como questionamento que permeia e avança objetivamente na orientação do estudo, tem-se: Que papel tem desempenhado os Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Políticas Públicas das Universidades Públicas Federais do Nordeste, no que se relaciona à utilização de Tecnologias Sociais com vistas a propor encaminhamentos de solução para os problemas sociais regionais?

Um dos principais indicadores de que a democracia está em xeque é a constatação dos desgastes dos laços sociais (Sandel, 2023) entre os grupos, articulados e organizados, de um lado, e os não devidamente articulados, estes em razão da dispersão dos interesses individuais, muitos dos quais pautados pela condição de pauperização e desencanto, cuja primeira comprovação é a luta permanente pela sobrevivência, isto é, uma busca frenética pela conquista do básico, no dia de hoje. No plano das Políticas Públicas, há de se internalizar que estas são promovidas não apenas a partir de uma agenda intencional do Poder Executivo, mas, sobretudo, das necessidades advindas dos coletivos sociais, os quais reivindicam condições favoráveis para o atendimento das suas demandas. Carlos, Dowbor e Albuquerque (2021) defendem firmemente a importância dos movimentos sociais na interlocução política, com o objetivo de instaurar uma agenda positiva, visando à constituição de Políticas Públicas efetivas e assertivas. No entanto, conforme pontuam as autoras, não apenas “movimentos sociais” são necessários para elaborar estratégias e liderança na condução de ações junto à gestão pública, mas, para além da simples definição de estratégias, o que se deve considerar é a organização que tais movimentos sociais estabelecem em suas retaguardas, com o propósito de garantir que as intervenções junto ao Poder Público ativem a sensibilização e a percepção política que o acolhimento de tais demandas pode proporcionar no futuro.

¹ O presente artigo é financiado por meio da Chamada Pública 09/2023, Termo de Outorga vinculado ao processo nº 307557/2023-5, modalidade Bolsa de Produtividade CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), período 2024-2027, a quem o autor agradece o apoio institucional. Trata-se de estudo parcial, decorrente de Projeto de Pesquisa com vigência de 36 (trinta e seis) meses.

Com efeito, no que diz respeito aos direitos sociais e à promoção do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*), à luz do que constatou Sirén (2021) em seus estudos, os quais conferiram que os gastos sociais em nações democráticas administradas por partidos de esquerda evoluíram (recorte temporal de 1995 até 2015), é pertinente resgatar uma ideia oportuna emitida por Ernest Forsthoff (1968), trazido por Habermas (2014), cujo pensamento é desenvolvido nas duas dimensões de Estado: o liberal-capitalista puro e o do bem-estar social. Assim se posiciona Forsthoff:

A liberdade assegurada por meio da demarcação refere-se a um Estado que estabelece limites para si mesmo, que deixa a situação social, tal como ela é, a cargo do indivíduo [...]. A participação, como um direito e uma pretensão, refere-se a um Estado produtor que atribui, distribui e reparte, que não deixa sua situação social a cargo do indivíduo, mas vem em seu auxílio com concessões. Esse é o Estado de bem-estar social (Forsthoff, 1968 *apud* Habermas, 2014, p. 470).

O fato é que, seguindo a mesma linha reflexiva idealizada por Forsthoff (1968), Atkinson (2015) destaca que a desigualdade de oportunidades implica a desigualdade de resultados, ou seja, se no ponto de partida já não existe linearidade de condições entre os sujeitos, o aspecto teleológico é a prevalência e a difusão da desigualdade em todo o ciclo presente e futuro, pensando aqui nas gerações decorrentes da competição perdida. Tal cenário reforça o distanciamento entre ricos e pobres e, sob este aspecto, emerge a exclusão social, a qual é atenuada, supostamente, por intervenção do Estado.

É pertinente, neste estágio da discussão sobre o papel do Estado – inclusive com delegação concedida às Instituições Federais de Ensino Superior – resgatar a ideia de Mondaini (2021) quanto aos três tipos de Estado, tomando como balizador os aspectos que envolvem os direitos dos sujeitos sociais: i) **Estado Liberal**: liberdade civil e cidadania passiva, sem interferência na vida privada das pessoas; ii) **Estado Democrático**: igualdade política, cidadania ativa, participação de todos no jogo político, e iii) **Estado do Bem-Estar Social**: promotor da igualdade social entre os indivíduos, sua jus-cidadania, equilíbrio na distribuição das riquezas da nação. Com efeito, o Estado, no pensamento de Yamamoto (2010, p. 275), precisa intervir a fim de permitir “A universalidade no acesso aos programas e projetos sociais – o que significa serem abertos a todos os cidadãos [...]”, com o propósito de coibir a “[...] progressiva mercantilização do atendimento das necessidades sociais [...]”. Esta função

interveniente pode ser apropriada pelas IFES com vistas a promover, desvelar e difundir o conhecimento com o intuito de reduzir as disparidades sociais vigentes.

A sociedade moderna, contemporânea, denominada por Beck (2011) de “sociedade de risco”, incorpora e dissemina compostos sociológicos de discórdia e de enfrentamento, porque presente a histórica necessidade de demarcação de territórios de poder e de acervos políticos blindados pela visão pragmatista e neoliberal que recorre à inquestionável posição de manutenção das desigualdades (Hayek, 2023) a fim de assegurar o *status quo* do Poder Público. Torna-se imperioso, portanto, que instituições alheias às condições de vida que rompem o cinturão social ajam com o propósito de mitigar as fissuras que permeiam as desigualdades no Brasil e, certamente, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) detêm esta prerrogativa e esta função social.

Avaliando como pensamento necessário à reflexão socioeconômica que permeia o presente estudo, entende-se relevante pontuar o que Harvey (2014) assentou em sua obra intitulada “O Neoliberalismo: história e implicações”. Para o autor, num contexto em que o capitalismo avança nos espaços geográficos, agudizando as desigualdades sociais, “[...] o Estado neoliberal é necessariamente hostil a toda forma de solidariedade social que imponha restrições à acumulação do capital” (Harvey, 2014, p. 85), aplacando o desmonte do Estado de proteção social e reduzindo substancialmente qualquer possibilidade de justiça social. Sob este panorama, a individualização explode em todas as suas vertentes, influenciada pela necessidade da busca do mínimo para a sobrevivência do sujeito social. Adicionalmente, Harvey (2014) pontua que:

É justo nesse contexto de redução de recursos pessoais advindo do mercado de trabalho que a determinação neoliberal de devolver toda responsabilidade por seu bem-estar ao indivíduo tem efeitos duplamente deletérios. À medida que reduz os recursos dedicados ao bem-estar social e reduz seu papel em áreas como assistência à saúde, o ensino público e a assistência social, que um dia foram tão fundamentais para o liberalismo embutido, o Estado vai deixando segmentos sempre crescentes da população expostas ao empobrecimento. A rede de seguridade social é reduzida ao mínimo indispensável em favor de um sistema que acentua a responsabilidade individual. Em geral se atribuem os fracassos pessoais às falhas individuais, e com demasia frequência a vítima é quem leva a culpa! (Harvey, 2014, p. 86).

Desta forma, concluindo esta seção introdutória, é imperioso pontuar que há, de fato, um distanciamento entre as possibilidades engendradas pelo Estado de bem-

estar social com vistas a solucionar as questões mais latentes de uma sociedade fragmentada, socialmente desidratada e desigual, e o próprio conjunto de cidadãos e beneficiários das políticas públicas que tendem a promover a coesão social e a justiça social. Convém resgatar a ideia elaborada por Tonucci Filho (2020), que discorre sobre a influência da lógica neoliberal na demarcação de espaços público. Para ele:

É a racionalidade neoliberal que, estendendo a apropriação privada e a lógica da competição a todas as esferas da sociedade, da cultura e da vida, sufoca e invisibiliza o comum: mas é contra ela também que o comum emerge como contra racionalidade, gestado nas próprias lutas e movimentos lutando por outra via além do Estado e do mercado. Quanto ao reconhecimento, fortalecimento e constituição do comum urbano, envolvem-se duas linhas paralelas de embate: o urbano (encontro, diferença, fruição) contra o industrial (fragmentação, homogeneidade, trabalho e produtivismo); e o comum (compartilhamento, cooperação) contra o neoliberal (apropriação privada, competição generalizada) (Tonucci Filho, 2020, p. 394).

Nestes termos, a fala de Tonucci Filho (2020), que debate sobre o direito das pessoas ao espaço comum nas cidades, torna-se apropriada para este fechamento, abrindo uma nova seção que imbrica desigualdades sociais e a Questão Social. Com efeito, propõe-se uma reflexão, a partir da próxima seção, sobre quais implicações há entre a recorrência das desigualdades sociais em um contexto histórico de defasagens sociais como o brasileiro, e a Questão social.

O presente artigo está assim estruturado, além desta parte introdutória: a segunda seção fornece as bases teóricas relacionadas às desigualdades sociais, à Questão Social e às Tecnologias Sociais; os procedimentos metodológicos são apresentados na terceira seção; na quarta seção, são indicados os dados obtidos em campo e, a partir deles, são realizadas a análise e a discussão do levantamento; na quinta seção, são feitas as considerações finais, fechando com a seção destinada às referências utilizadas no estudo.

2 Concepções de desigualdades sociais, questão social e tecnologias sociais

Esta seção se propõe a ampliar as análises que têm como aspectos fundantes as desigualdades sociais, as quais são transmutadas na Questão Social, categoria que se apropria dos mais diversos segmentos da sociedade, no que tange aos desequilíbrios das forças que constituem as relações entre capital e trabalho, também entre pobres e ricos; trabalhadores e elite empresarial; socialismo e liberalismo; Estado e sociedade; pragmatismo e subjetivismo; políticas públicas de Estado e

políticas públicas de governo, entre outras modalidades de antagonismos. No Brasil, não se deve subverter a existência de um *delay* social latente, isto é, um amplo feixe de retrocessos sociais históricos, muitos dos quais oriundos das relações entre capital e trabalho, semente da discussão, em essência, da Questão Social.

Assim, torna-se relevante asseverar que, sob o Estado Democrático de Direito, a concepção de cidadania se reveste de elemento fulcral na análise e na identificação de desigualdades sociais, à luz do que defendem Singer, Araujo e Belinelli (2021), para os quais um Estado negligente e ausente compromete a igualdade e, como tal, potencializa as assimetrias sociais. Neste contexto, os direitos sociais são suprimidos ou reduzidos. Na lúcida posição de Carvalho (2024, p. 18), “Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos. A ideia central em que se baseiam é a da justiça social”, muito embora, neste aspecto da justiça social e das desigualdades sociais, Sowell (2024) se posicione de forma oposta, conforme aponta o seguinte trecho:

É especialmente difícil argumentar que se pode automaticamente presumir que as desigualdades apresentadas nos resultados foram causadas pela discriminação de uma maioria dominante contra uma minoria subordinada, quando, na verdade, muitas minorias subordinadas superaram economicamente as majorias dominantes em diversos países do mundo e em vários períodos da história (Sowell, 2024, p. 3).

Neste aspecto, compreender os obstáculos que as decisões políticas têm que superar para que possa ser possível promover as ações visando ao equacionamento dos problemas que os arranjos sociais mais fragilizados enfrentam – como a insegurança alimentar; a falta de moradia; a ausência de oportunidades de emprego formal; a restrita cultura política; as naturais limitações de vagas nas escolas, reforçando as assimetrias educacionais; a desesperança; a fome; o preconceito de raça, gênero e etnia; os desmandos ambientais; a fragmentação e a submissão histórica dos povos originários, etc. – contribui para a formação de uma teia sociopolítica capaz de confundir e impedir inúmeras iniciativas em direção a estas soluções. A justiça social, nos termos de Gamarnikov (2013, p. 190), sob a perspectiva de John Rawls, representa a “[...] justa distribuição de recursos e oportunidades” e este cenário tende naturalmente a reduzir os descompassos sociais, reforçando o

caráter cidadão dos envolvidos. Ainda sobre a ideia seminal de cidadania, Guarinello (2021) faz a seguinte intervenção conceitual:

A essência da cidadania, se pudéssemos defini-la, residiria precisamente nesse caráter público, impessoal, nesse meio neutro no qual se confrontam, nos limites de uma comunidade, situações sociais, aspirações, desejos e interesses conflitantes. Há, certamente na história, comunidades sem cidadania, mas só há cidadania efetiva no seio de uma comunidade concreta, que pode ser definida de diferentes maneiras, mas que é sempre um espaço privilegiado para a ação coletiva e para a construção de projetos para o futuro (Guarinello, 2021, p. 46).

A Questão Social, portanto, mostra-se como relevante no processo de elaboração de Políticas Públicas eficazes e assertivas, não constituindo, com efeito, um efêmero processo de resposta às demandas sociais, mas uma articulação sistematizada de ações que precisam ser permanentes, tendo em vista a recorrente necessidade que os compostos sociais vulneráveis demandam e que, sob o signo da democracia inconclusa e insuficiente, reconhece-se que as mazelas sociais perpassam décadas, sem a devida e incisiva medida de sufocamento do problema. Isto é, o desenvolvimento de um país necessariamente tem relação direta com a redução dos entraves sociais e que a liberdade, à luz do pensamento de Amartya Sen (2010), traduz com precisão esta premissa, sob a qual as Tecnologias Sociais podem fornecer subsídios e encaminhamentos voltados para a retenção das desigualdades sociais potenciais. Nas palavras de Arruda (2019, p. 38),

Assistimos, hoje, a um movimento regressivo de conquistas que pareciam insuperáveis. A fratura social provocada pelas formas mais iníquas de desigualdades convive com o reforço dos meios sociais homogêneos e detentores de privilégios, minando nossas energias e debilitando nossa posição no âmbito internacional.

Diante das discussões antecedentes e conferindo que é necessário entender o contexto² da Questão Social para que seja possível estabelecer uma sólida interatividade com as Tecnologias Sociais, convém elencar alguns conceitos de Questão Social para fins de compreensão do seu alcance e do grau de aprofundamento semântico, tendo como pano de fundo as fissuras sociais que

² Convém esclarecer que análise da Questão Social, embora não seja considerada uma categoria em concreto, perpassa não apenas pelas expressões que relacionam o modo de produção capitalista em sua dimensão mais crítica – desemprego estrutural, desigualdades sociais, má distribuição das riquezas da nação, flexibilização do mercado de trabalho, baixa qualificação da classe trabalhadora – mas, sobretudo, a partir de uma perspectiva histórica, cujo fundamento se espalha nas assimetrias raciais, base da sociedade brasileira. A análise de Gonçalves (2018) contribui para esta compreensão.

permeiam as relações modernas entre sociedade e Estado. Na visão de Laval (2016), que defende que o cidadão deveria ser mais ativo na busca dos seus direitos,

[...] grupos sociais com baixa participação, sem voz na esfera pública e sub-representados, simultaneamente posicionados em lugares desvantajosos em diversas dimensões de status social e econômico, tendem a permanecer presos em um círculo vicioso, enquanto grupos sociais bem-aquinhoados e organizados recebem os benefícios da sobre-representação. A desigualdade econômica causa desigualdade política e a última faz que o funcionamento regular da representação favoreça os grupos abastados, perpetuando a primeira (Laval, 2016, p. 177).

Considerando este cenário de desigualdade e de baixo apelo social, é importante compreender alguns conceitos acerca da Questão Social, a qual se apropria e incorpora de diversas concepções, algumas das quais compõem o Quadro 1.

Quadro 1 – Propostas para a compreensão da Questão Social

Conceito	Autor(a)
“[...] a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação”.	Telles, 1996, p. 85.
“A questão da exclusão torna-se então a ‘questão social’ por excelência”.	Castel, 2000, p. 18.
“[...] a exclusão não é nem arbitrária nem acidental. Emana de uma ordem de razões proclamadas. Ousar-se-ia dizer que ela é ‘justificada’, se entendemos por isso que repousa sobre julgamentos e passa por procedimentos cuja legitimidade é atestada e reconhecida”.	Castel, 2000, p. 41.
“[...] questão social significa, desde logo, saber <i>quem</i> estabelece a coesão [social] e em <i>que condições</i> ela se dá numa determinada sociedade”.	Wanderley, 2000, p. 56.
“A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho - das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos”.	Paulo Netto, 2001, p. 16-17.
“A ‘questão social’ assim nomeada pela primeira vez por volta de 1830, tem origem na Europa, a partir das grandes transformações sociais, políticas e econômicas advindas da revolução industrial. Tem como fundamento o reconhecimento de um conjunto de novos problemas vinculados às modernas condições de trabalho urbano”.	Stein, 2009, p. 134.
“A ‘questão social’ contemporânea nas sociedades capitalistas mantém a característica de ser uma expressão concreta das contradições e antagonismos presentes nas relações entre classes, e entre estas e o Estado”.	Pastorini, 2010, p. 22.
“Por ‘questão social’, no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a ‘questão social’ está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho”.	Cerqueira Filho (1982), <i>apud</i> Paulo Netto 2011, p. 17.
“[...] as manifestações imediatas da ‘questão social’ (forte desigualdade, desemprego, fome, doenças, penúria, desamparo ante conjunturas econômicas adversas etc.) são vistas como o desdobramento, na sociedade moderna (leia-se: burguesa), de características inelimináveis de toda e qualquer ordem social [...]”.	Paulo Netto, 2011, p. 155.

“[...] não está se designando como ‘questão social’ a desigualdade e a pobreza indistintamente e sim aquelas que têm sua existência fundada pelo modo de produção capitalista”.	Santos, 2012, p. 28.
“O aprofundamento da questão social e a intensa precarização das condições de vida são consequências do momento econômico, político e institucional, num cenário de globalização, com a intensificação das desigualdades interna e externa entre as nações”.	Silveira, 2017, p. 490.
“[...] para os assistentes sociais, que atuam nas mais variadas expressões da questão social, e, tem nas políticas públicas sociais as mediações necessárias para o atendimento à população, a desigualdade social, decorrente da concentração de renda e de propriedade se apresenta como eixo estruturante da ‘questão social’, especialmente quando visualizada em sua concretude, ou seja, no pauperismo”.	Meirelles, 2017, p. 110-111.
“É preciso avaliar que a cena contemporânea é cercada de problemas de diversas ordens que conformam a questão social. Estas expressões afetam a população em todos os sentidos, nas dificuldades de acesso aos direitos sociais, ou na violação destes. A Questão Social aparece para o indivíduo em forma de pobreza, desigualdade social e exclusão social, debilitando suas estruturas, rompendo seus vínculos familiares e o debilitando de forma a levá-lo ao risco social, seja por dependência de drogas, situação de rua, ou até envolvimento com a criminalidade”.	Machado, 2019, p. 52.
“A questão social sempre foi alvo da ofensiva burguesa, no sentido de dissociá-la das lutas de classes; da sua origem estrutural – decorrente do modo de funcionamento da sociedade burguesa –; do seu reconhecimento associado ao poder organizativo e reivindicativo da classe trabalhadora; da dívida social desta sociedade com seu enfrentamento e da responsabilidade do Estado na oferta de bens e serviços, mediante políticas públicas financiadas por toda a sociedade”.	Cavalcante; Teixeira, 2022, p. 34.
“A questão social já se apresentava como elemento intrínseco à sociedade capitalista na Europa evidenciada pelos problemas sociais advindos da expropriação dos meios de produção e do produto final das(os) trabalhadoras(es), e da confluência dos movimentos sociais. No Brasil, a escravidão apropriava-se da liberdade, dos corpos e do produto, os movimentos sociais objetivavam a liberdade e o fim dos maus-tratos. Com efeito, na Europa, a questão social havia chegado ao seu ponto de erupção, enquanto no Brasil os seus elementos estruturais e políticos sequer haviam sido gestados”.	Araújo, 2022, p. 120.
“[...] as expressões contemporâneas da questão social configuram-se a partir da base material e produtiva da sociedade capitalista, bem como suas implicações sociopolíticas e culturais. As políticas econômicas capitalistas neoliberais hegemônicas priorizam o mercado, a privatização, a desregulamentação dos direitos trabalhistas, atentam contra os direitos sociais e explicitamente contra a educação pública e a seguridade social (saúde, previdência e assistência social)”.	Faria, 2022, p. 27.
“A ‘questão social’ talvez seja o principal pilar de sustentação do Serviço Social. Sua penetração no vocabulário dessa profissão é contundente e histórica. O papel do assistente social, tendo em vista a desigualdade social, aliada à exploração do trabalho e às condições alienantes características da sociedade capitalista, é fundamental para um vislumbre de um outro futuro possível”.	Brum, 2024, p. 52.
“[...] una expresión de las desigualdades sociales producidas y reproducidas en el capitalismo y que se manifiesta en las condiciones objetivas y subjetivas de vida de la población más pauperizada”.	Ghiraldelli, 2024, p. 81.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Considerando o Quadro 1 como referência conceitual para uma compreensão madura acerca da Questão Social, pode-se, neste estágio, chegar-se a uma definição do que se considere, do ponto de vista do panorama das desigualdades sociais latentes: A Questão Social nasce com os desdobramentos das desigualdades sociais, potencializadas pelo percurso histórico que permeou as desigualdades raciais,

realidade cujo núcleo de sua existência reside na conformação do modelo capitalista na vinculação direta entre trabalho e capital, na medida em que demarcam um território de desconstrução da justiça social e de retrocesso dos direitos sociais, desestruturando e fragilizando as relações sociais, culturais, políticas, econômicas e ambientais, cujo cenário promove a exclusão social, compromete a cidadania e coloca em xeque o espectro democrático, tendo em vista a sua efetividade desagregadora e sua indelével contrariedade à coesão social. A Questão Social, por assim dizer, reflete um cenário no qual se confere a injustiça social, especialmente no que tange aos grupos mais invisibilizados, como negros, povos originários, quilombolas, refugiados e apátridas, pessoas em situação de rua, entre outros.

Na visão de Meirelles (2015), a relativização da pobreza é um óbice à intervenção do Estado Social, isto porque, com acesso parcial aos bens de consumo, as pessoas não prescindem dos seus direitos sociais. É como se o poder aquisitivo da pessoa fosse um impeditivo à busca dos direitos sociais mais legítimos, isentando o Estado de suprir as necessidades das pessoas que, ao cabo, parecem ter condições de assumir, por si sós, a responsabilidade pelo seu bem-estar, num claro indicativo de busca individual pelo êxito enquanto retirantes sociais, os quais não têm lugar, não possuem identidade, não têm assegurados os mínimos direitos, têm limitada cognição política e desconhecem as suas ambições. Trata-se de um imperativo neoliberalista em explícita cartografia antissocial, conformando o caráter intransigente no debate sobre a Questão Social. A liturgia capitalista é determinante, então, para que a Questão Social seja discutida e mais bem tratada a partir do poder de organização e de mobilização da classe trabalhadora. A próxima seção tem como foco a discussão sobre o papel das universidades na formação da pauta científica e na formação de paradigmas que estabelecem um novo patamar com foco na desconstrução da Questão Social.

A partir desta reflexão, é imperioso afirmar: as universidades são espaços privilegiados para a formação de paradigmas contemporâneos e para o desenvolvimento do cientificismo. Para que seja possível mensurar o aspecto investigativo no ambiente acadêmico é fundamental que se avaliem, compreendam-se e se incorporem, no *portfólio* científico, os estudos desenvolvidos com vistas à solução de problemas regionais, por meio das Tecnologias Sociais, os quais são conduzidos em Programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas instalados na

Região Nordeste, cuja listagem encontra-se analiticamente disposta no Quadro 2. Sem dúvida, reconhece-se que a academia tem contribuído de forma sistemática para a elaboração de estratégias capazes de conduzir procedimentos e ideais com a finalidade de propor Políticas Públicas favoráveis aos grupos mais fragilizados. A partir desta análise, Bourguignon, Marino e Albach (2024, p. 6) asseveram que:

[...] as dimensões investigativa e interventiva são princípios formativos e o exercício da pesquisa é fundamental para o desenvolvimento da atitude investigativa e pode ocorrer em diferentes espaços na universidade: no ensino; na extensão universitária, na graduação e na pós-graduação.

Ampliando o espectro quanto à área de Programa de Pós-Graduação, tem-se que estudos conduzidos no âmbito dos Programas *Stricto Sensu* em Serviço Social, por exemplo, cuja relação com Programas em Políticas Públicas possui estreita aproximação em razão das imbricações da área de ensino e pesquisa (CAPES, 2024), têm aprimorado e avançado na pesquisa e na extensão, em busca de indicadores que sinalizem alternativas de equacionamento da Questão Social. Na leitura de Pinheiro, Senna e Lara (2024, p. 22-23), por exemplo:

A pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social tem seguido uma trajetória de avanços quantitativos e qualitativos, contribuindo para a formação qualificada de docentes, pesquisadores e profissionais e para a produção de conhecimentos sobre temáticas relacionadas à questão social em suas múltiplas expressões e determinações, à realidade brasileira, às políticas sociais e ao trabalho profissional, além do desenvolvimento de ações extensionistas e de cooperação técnico-científica junto a movimentos sociais, organizações da sociedade civil e instituições governamentais e de pesquisa nacionais e internacionais.

No que diz respeito ao contexto acadêmico nacional, conduzido pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), a aplicação de recursos públicos se torna essencial para a promoção do conhecimento, para a disseminação e ampliação da pesquisa, assim como para o aprofundamento dos estudos que mirem na solução da Questão Social, tomando-se o Brasil como referência de nação que ainda apresenta sérios lapsos sociais, especialmente nos estratos mais vulneráveis. Negar o papel da ciência na construção de uma nova sociedade – contemporânea, conectada aos rumos de um novo painel socioeconômico e de uma ciência global e inclusiva – é desconsiderar os princípios básicos da sua existência e da sua essência, como instrumento capaz de reverter cenários desfavoráveis. Conforme atestam Duarte e César (2020, p. 9), discutindo a negação da relevância da ciência:

O negacionismo é um fenômeno social não apenas porque implica a produção e difusão em massa de teses controversas em relação a consensos científicos validados, mas também porque teses negacionistas provocam impactos diretos no comportamento de milhões de pessoas. Simultaneamente, o negacionismo é um fenômeno político porque, o mais das vezes, está associado com a extração de vantagens por parte de grupos econômicos interessados em negar ou questionar teses e conhecimentos científicos. Isto ocorre, sobretudo, quando tais conhecimentos inspiram políticas públicas destinadas a transformar comportamentos e modos de vida coletivos, os quais afetam interesses econômicos poderosos.

Discutindo a importância das Tecnologias Sociais como instrumento legítimo de consecução do desenvolvimento local, Bava (2004) faz a seguinte análise conceitual sobre o que considera Tecnologias Sociais:

Mais do que a capacidade de implementar soluções para determinados problemas, podem ser vistas como métodos e técnicas que permitam impulsionar processos de empoderamento das representações coletivas da cidadania para habilitá-las a disputar, nos espaços públicos, as alternativas de desenvolvimento que se originam das experiências inovadoras e que se orientem pela defesa dos interesses das maiorias e pela distribuição de renda (Bava, 2004, p. 116).

Almeida *et al.* (2011) apontam o importante papel da academia na busca de inovações para a Região Norte. Para os autores, o desenvolvimento regional – por meio da intensificação da inovação – muito se confere por conta das pesquisas que são realizadas no ambiente acadêmico, razão pela qual reportam que as relações entre academia e empresas se revestem de valor considerável para a modificação de cenários desfavoráveis. Embora a ideia de desenvolvimento regional possua conexão com a perspectiva neoliberal, Almeida *et al.* (2011) defendem que a solução de problemas sociais, em especial na Região Norte, perpassa pela intervenção da academia na produção de conhecimento que seja capaz de reverter cenários desfavoráveis, especialmente à população mais pobre e mal atendida pelas ações do Estado. Para Casaril (2019, p. 287), ao estudar a dinamização da economia local e regional emergida por meio da intervenção das IES – Instituições de Ensino Superior, “[...] as IES desempenham importante papel no desenvolvimento regional, contribuindo para mitigar, as disparidades econômicas e sociais”.

Pesquisa desenvolvida por Reis e Vêras (2024), ambos docentes da Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, expôs as fragilidades da mobilidade espacial na cidade de São Paulo, produzindo

ainda mais fraturas sociais para os grupos com menor poder de articulação. Para os autores,

A análise dessas desigualdades por classe, gênero e raça deixou clara tal necessidade, já que a população vulnerável é a mais afetada pelas dificuldades do transporte público, como no acesso aos sistemas e às oportunidades, à segurança no entorno, à proteção a assédio, aos intervalos maiores e outros fatores (Reis; Vêras, 2024, p. 553).

Os estudos que serviram como exemplos nesta seção representam apenas um pequeno acervo das ações e das pesquisas que são produzidas e pensadas no ambiente acadêmico, cujo foco é a resolutividade das questões locais e regionais. Com efeito, as universidades têm adotado uma posição de protagonismo quando o tema é a solução das questões mais urgentes de uma sociedade ainda envolta em condições deletérias.

Neste estágio, desenvolve-se uma contextualização que envolve as Tecnologias Sociais intervindo nos territórios desfavorecidos, como quilombolas, povos originários, populações negras, etc. Assim, esta parte da pesquisa promove uma síntese de alguns estudos que foram encampados pelas IFES e aponta alguns que, embora não necessariamente envolvendo as Tecnologias Sociais, ainda assim reforçam o papel das universidades públicas como celeiro de produção, aprofundamento e disseminação do conhecimento. Por exemplo, a análise contida no trabalho de Pinheiro, Senna e Lara (2024, p. 23) estabelece aproximações claras com a formulação de Políticas Públicas. Para os autores, “A maturidade acadêmico-científica alcançada pela área [Programas de Pós-Graduação em Serviço Social] pode ser, de um lado, creditada à capacidade de indução de políticas públicas de desenvolvimento científico e tecnológico no país”.

Tal constatação dá consistência ao papel dos especialistas e dos estudiosos do campo no envolvimento com pesquisas que tencionam mitigar as questões mais urgentes dos coletivos menos favorecidos. Avançam os mesmos autores na convicção do papel da área do Serviço Social na promoção de orientações, estudos e pesquisas direcionados às práticas resolutivas no campo. Neste aspecto, afirmam que:

No Serviço Social, a dimensão interventiva e a investigativa coexistem numa relação de reciprocidade, fato este que coloca a pesquisa como atividade permanente para a intervenção e vice-versa. É dessa forma que a pós-graduação, como espaço de excelência para a pesquisa e para a produção do conhecimento, ganha relevância como lócus privilegiado para

aprimoramento e qualificação dos profissionais de Serviço Social e de áreas afins (Pinheiro; Senna; Lara, 2024, p. 25).

Estudo publicado por Moraes, Guimarães e Lopes (2023, p. 86) desenvolveu “[...] análise cienciométrica da produção científica do período de (2011 a 2021), relacionada às Políticas Públicas com difusão das tecnologias de convivência do semiárido voltadas para agricultura familiar”. Segundo os pesquisadores, o estudo foi capaz de explorar pesquisas que recorreram às Tecnologias Sociais como instrumento de reversão de cenários desfavoráveis no Semiárido brasileiro, notadamente com sugestões de tecnologias como: Cisterna de Placa, Barragem Subterrânea; Barreiro Trincheira; Cisterna Calçadão; Cisterna Enxurrada; Barraginha; Tanque de Pedra, Bomba Popular, entre outras alternativas de combate à seca na região. Na visão dos mesmos autores, “Dentre as principais características de uma tecnologia social, estão a simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e geração de impacto social. Além disso devem ser replicáveis em outros contextos” (Moraes; Guimarães; Lopes, 2023, p. 93). Esta afirmação é fundamental na disseminação das Tecnologias Sociais.

Outra análise, desta vez trazida por Bava (2004), concentra a discussão nas soluções viáveis e de replicabilidade fácil em contextos de desigualdades sociais. O autor menciona o microcrédito, por exemplo, como alternativa social, visando a permitir que pessoas de baixa renda consigam se apropriar do espírito empreendedor, desenvolvendo mecanismos pragmáticos de geração de renda e de oportunidades. Para Bava (2004), o foco das Tecnologias Sociais deve ser o desenvolvimento local como elemento de fortalecimento socioeconômico de determinada região. Adicionalmente, Bava (2004) consagra que:

Existem também iniciativas que reforçam políticas públicas e lhes dão maior amplitude e qualidade. É o caso da criação da figura dos agentes comunitários de saúde e dos programas de saúde da família, com excelentes resultados. Não é a família que vai aos órgãos públicos de saúde, mas as equipes de saúde da prefeitura que vão às casas das famílias. Essas tecnologias sociais fazem toda a diferença (Bava, 2004, p. 113).

Pesquisa empírica conduzida por Queiroz *et al.* (2025), envolvendo a viabilidade econômica de comunidades amazônicas, define que:

O conceito de Tecnologia Social é empregado para descrever soluções inovadoras criadas de forma colaborativa com o intuito de resolver problemas sociais de maneira sustentável, inclusiva e personalizada, conforme as necessidades das comunidades locais. Essas soluções são caracterizadas por diferentes componentes, tais como participação da comunidade, inclusão

social, sustentabilidade, integração local, empoderamento, entre outros (Queiroz *et al.*, 2025, p. 101).

Fechando esta seção, é apropriado resgatar o estudo de Seixas *et al.* (2015, p. 10), cujo objetivo foi discutir “[...] a importância das TS para o Desenvolvimento social, ao passo em que por meio delas é possível progredir também no âmbito da inclusão social”. Para os autores, as Tecnologias Sociais (TS) constituem um instrumento valioso na transformação socioeconômica de regiões, especialmente aquelas que têm baixa densidade social.

3 Procedimentos Metodológicos

Em termos metodológicos, o estudo possui natureza descritivo-exploratória, de abordagem qualitativa e recorre à técnica da bibliometria para realizar o levantamento. A base de dados utilizada foi a do Banco de Dados de Teses e Dissertações da CAPES³, tomada entre 2020 e 2024 (5 anos). A palavra-chave do levantamento foi “Tecnologias Sociais” e o filtro considerou os Programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas. A pesquisa na mencionada plataforma foi realizada nos meses de abril e maio de 2025. Conforme orienta Aronson (2023, p. 16), “[...] o método experimental é a melhor maneira de compreender um fenômeno complexo. Um truísmo da ciência diz que a única maneira de conhecer de fato o mundo consiste em reconstruí-lo”.

O Quadro 2 relaciona as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) localizadas na Região Nordeste que contêm Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Estas IFES são, portanto, o foco do presente estudo, tomando como recorte temporal o período de 2020 a 2024 (5 anos).

Quadro 2 – IFES que têm de Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas

UF	IFES	Nível e Nota CAPES ⁴	
		Mestrado	Doutorado
BA	Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB	SIM (4)	SIM (4)
	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB (*)	SIM (4)	NÃO

³ Link de acesso: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>
⁴ Nota consignada aos PPG’s no Quadriênio 2017-2020 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Em 2025, os PPG’s serão novamente avaliados pela CAPES, levando-se em conta, desta vez, o Quadriênio 2021-2024, cuja consignação da nota de cada PPG será suportada pela Coleta CAPES feita em março de 2025.

CE	Universidade Federal do Ceará – UFC (**)	SIM (3)	NÃO
	Universidade Federal do Ceará – UFC (***)	SIM (3)	NÃO
	Universidade Federal do Ceará – UFC (****)	SIM (3)	NÃO
MA	Universidade Federal do Maranhão	SIM (6)	SIM (6)
PB	Universidade Federal da Paraíba – UFPB (*****)	SIM (4)	NÃO
PE	Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (*)	SIM (4)	NÃO
PI	Universidade Federal do Piauí – UFPI	SIM (5)	SIM (5)
TOTAL		09	03

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

(*) Mestrado Profissional (MP)

(**) Avaliação de Políticas Públicas – Mestrado Profissional (MP)

(***) Avaliação de Políticas Públicas – Mestrado Acadêmico (MA)

(****) Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior – Mestrado Profissional (MP)

(*****) Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas

Como se confere no Quadro 2, a UFMA e a UFPI se destacam por possuírem, na Região Nordeste, as melhores notas consignadas pela CAPES, respectivamente 6 (seis) e 5 (cinco), considerando o Quadriênio 2017-2020, ambas com as duas modalidades: Mestrado e Doutorado. Isto sugere que ambos os Programas estão num patamar consolidado no que se refere à pesquisa, implicando no potencial desta dimensão em termos de desenvolvimento de soluções não apenas por meio da identificação de gargalos, de insuficiências e de lacunas que persistem no núcleo dos grupos menos favorecidos. Tal análise perpassa, do mesmo modo, pela utilização das Tecnologias Sociais como legítimo instrumento de reversão de cenários deletérios, especialmente na Região Nordeste, onde se confere um histórico de abandono e de ações retardatárias, no que diz respeito às políticas públicas efetivas e duradouras.

4 Análise e Discussão dos Dados

A partir da pesquisa realizada no Banco de Dados de Teses e Dissertações da CAPES (2020 a 2024), levantamento este realizado no mês de junho de 2025, foi constatado que inexistem Teses e Dissertações publicadas envolvendo as Tecnologias Sociais em Programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Região Nordeste, implicando, assim, teoricamente, na inviabilidade operacional da pesquisa. Ou seja: adotando-se como critérios de seleção o descritor “Tecnologias Sociais”, optando-se pelas Ciências Sociais Aplicadas como Grande Área do Conhecimento e considerando, como filtro adicional, os 51 (cinquenta e um)

Programas nomeados com o termo precedente “Políticas Públicas” (Quadro 3), a pesquisa resultou inerte, com nenhuma Dissertação ou Tese publicada envolvendo tais filtros no espaço geográfico nordestino.

De todo modo, com vistas a mensurar o alcance das pesquisas envolvendo as Tecnologias Sociais, buscou-se angariar que estudos foram depositados na Plataforma CAPES, nos anos do recorte temporal desta pesquisa e tendo como centro de produção do conhecimento os Programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas, independentemente da região de localização do PPG.

Quadro 3 – Programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas (Brasil)

Nome do Programa e quantidade
Políticas Públicas (17)
Políticas Públicas e Formação Humana (9)
Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (6)
Políticas Públicas e Gestão Educacional (4)
Políticas Públicas em Saúde (3)
Políticas Públicas e Desenvolvimento Local (2)
Políticas Públicas e Desenvolvimento (2)
Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior (2)
Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (2)
Políticas Públicas em Direitos Humanos (2)
Políticas Públicas e Governo (1)
Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional (1)

Fonte: Elaborado pelo autor (2025) a partir do Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES).

No que se relaciona às Dissertações de Mestrado, foram resgatados, em 2021, 03 (três) trabalhos, sendo duas Dissertações da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (ES) e uma Dissertação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (PR); em 2022, foram obtidas 03 (três) pesquisas, produzidas pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (PR), Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal do Rio Grande do Sul; já no ano de 2023, foram conferidas 02 (duas) pesquisas, ambas da Universidade Federal do Rio de Janeiro; nos anos de 2020 e 2024 não houve trabalhos suportados na Plataforma da CAPES, considerando os filtros mencionados.

No tocante às Teses de Doutorado, no ano de 2021 há um estudo realizado na Universidade Federal do Paraná; no ano de 2022 foram identificadas 08 (oito)

pesquisas, sendo 04 (quatro) da Universidade Estadual do Ceará; 02 (duas) da Universidade Federal do Rio de Janeiro e 02 (duas) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro; em 2020, 2023 e 2024, a pesquisa resultou inerte para os filtros considerados.

Convém revelar, todavia, que como alternativa de pesquisa, foi possível, por meio do descritor Tecnologias Sociais e no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas – cujo propósito aqui foi estender a base de estudos envolvendo a palavra-chave –, identificar, na modalidade Mestrado, estudos desenvolvidos em outras áreas do conhecimento (Administração, Direito, Ciências da Informação, Economia, Ciências Contábeis, Comunicação, Meio Ambiente, Arquitetura e Urbanismo, Dinâmica do Espaço Habitado, etc.) e de inúmeras instituições de ensino superior (privadas e públicas) de outras regiões, que não a Região Nordeste. Isto é, a ideia foi ampliar a base de pesquisa, sem limitá-la aos Programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas e suas mais diversas contextualizações científicas (Quadro 3).

Promovido este novo procedimento – ampliando a base de dados –, foi possível revelar que em 2020 foram obtidas 43 Dissertações; em 2021, 275 trabalhos foram publicados; em 2022, foram analisados 276 estudos; em 2023, houve 263 Dissertações e em 2024, não houve estudos publicados na plataforma CAPES. No que concerne à modalidade Tese de Doutorado, balizando a pesquisa com os mesmos critérios utilizados na modalidade Dissertação de Mestrado, foi possível obter os seguintes dados: Em 2020, foram catalogados 20 trabalhos, nenhum da Região Nordeste; em 2021, houve 124 Teses, sendo que na Região Nordeste há 12 (doze) estudos, assim distribuídos por IES: 03 (UFPB, UFPE, cada), 02 (UFRN) e 01 Tese (UFC, UECE, UFAL, Universidade Católica de Salvador); para o ano de 2022, foram obtidos 138 estudos, sendo que deste total, 24 (vinte e quatro) foram produzidos na Região Nordeste: 10 (UFPE), 03 (UFAL, UFPB, UFBA, UFRN, cada) e Universidade Católica de Salvador, com 02 Teses; em 2023, constam 150 (cento e cinquenta) Teses em nível nacional, sendo que na Região Nordeste foram obtidos sete (07) estudos: 02 (UFPE, UFPB, UFRN, cada) e 01 da UFC; por fim, em 2024, não foram publicados trabalhos.

Por outro lado, considerando a concepção de Dias e Matos (2019) para Políticas Públicas⁵, e tomando a expressão “Tecnologias Sociais” como descritor, foi possível resgatar alguns estudos que, embora não compondo necessariamente um Programa de Políticas Públicas, conforme relatado antes, envolvem as questões debatidas no ambiente universitário relacionados à temática, razão pela qual se optou por apresentá-los no Quadro 4, como um novo critério de inclusão da presente pesquisa.

Quadro 4 – Estudos que utilizaram as Tecnologias Sociais

IFES	PROGRAMA	TÍTULO DA PESQUISA E NÍVEL	ANO	AUTOR(A)	OBJETIVO
UFS	Administração (27001016038P3)	Metodologia para implantação e gerenciamento de projetos aplicáveis às tecnologias sociais: uma proposta com base no PMD PRO (Mestrado)	2020	Grayceane Bomfim Santos de Jesus	Analisar a implementação e gerenciamento dos Projetos de Tecnologia Social das Universidades Públicas. Especificamente, trata-se de identificar se os projetos desenvolvidos nas Universidades Públicas possuem as características atreladas a uma TS e verificar quais as ações e ferramentas foram utilizadas em sua implementação, possibilitando a estruturação de uma metodologia que auxilie na implementação de Projetos de Tecnologia Social.
UFPB	Administração (24001015017P8)	Tecnologias sociais e suas contribuições para a sustentabilidade de agroecossistemas familiares e a geração do desenvolvimento regional ⁶ (Mestrado)	2021	Amanda de Albuquerque e Queiroga Freire	Objetiva analisar as formas de contribuição oriundas da adoção de tecnologias sociais nas atividades, em pequenos empreendimentos agrícolas familiares, que visam a sustentabilidade e desenvolvimento regional.
UFS	Administração (27001016038P3)	Políticas Públicas de Inovação: um estudo em localidades pouco desenvolvidas	2022	Irillas Evelline de Carvalho Santos	O objetivo dessa dissertação é analisar a adequação das políticas públicas de inovação para o contexto de localidades pouco desenvolvidas no

⁵ Para Dias e Matos (2019, p. 11), “A expressão ‘política pública’ engloba vários ramos do pensamento humano, sendo interdisciplinar, pois sua descrição e sua definição abrangem diversas áreas do conhecimento como as Ciências Sociais Aplicadas, a Ciência Política, a Economia e a Ciência da Administração Pública, tendo como objetivo o estudo do problema central, ou seja, o processo decisório governamental”.

⁶ O trabalho não possui divulgação autorizada, conforme consta no Repositório da CAPES.

		(Mestrado)			estado de Sergipe. O estado de Sergipe foi escolhido por ser a menor unidade federativa do país e apresentar índices de desenvolvimento baixos e algumas vezes oscilantes. Para isto, a análise das políticas públicas foi resgatada e o entendimento por meio da análise dessas políticas foram desenvolvidos.
UFS	Administração (27001016038 P3)	Políticas públicas baseadas em tecnologias sociais e o Semiárido brasileiro: um estudo sobre o programa cisternas (Mestrado)	2 0 2 1	José Ednilson Matos Júnior	Algumas iniciativas de Tecnologia Social (TS) resultaram em políticas públicas de cunho social, e são exemplos de experiências que se originaram sem o auxílio do poder público, mas que tiveram suas práticas potencializadas e disseminadas ao serem incorporadas como políticas, tal como o Programa Cisternas que introduziu ao seu escopo TS originadas a partir da atuação ativa da comunidade, para que os povos habitantes das regiões semiáridas do Brasil (preferencialmente) pudessem ter condições de vida cada vez melhores. Diante desse contexto, tem-se como objetivo desse estudo analisar os impactos gerados pelo Programa Cisternas no semiárido brasileiro.
UFB A	Administração (28001010020 P3)	Inovação social e tecnologia social: diferenças e complementaridades ⁷ (Mestrado)	2 0 2 1	Larissa Mello do Nascimento	Trata-se da diferença entre Inovação Social (IS) e Tecnologia Social (TS). Nesta perspectiva, este estudo teve por objetivo discutir as relações entre os conceitos de IS e TS, situando-os no espaço e no tempo, desde a Antiguidade Clássica até o debate contemporâneo sobre cada abordagem, reforçando as singularidades de cada tema, fortalecendo-os como campos de pesquisa e apontando as suas diferenças e complementaridades.
UFP B	Gestão Pública (24001015079 P3)	A formulação de políticas públicas e sua limitação operacional: a	2 0 2 3	Sérgio Alexandre de Moraes	O trabalho de pesquisa pretende analisar a construção de políticas públicas a partir do pressuposto de cidades

⁷ O trabalho não possui divulgação autorizada, conforme consta no Repositório da CAPES.

		construção da agenda de cidades inteligentes de Natal-RN (Mestrado)		Braga Júnior	inteligentes (<i>smart cities</i>), sob o foco da seara urbanística e ambiental, na formulação da agenda, na cidade de Natal, identificando suas limitações operacionais, utilizando-se da ciência e tecnologia e inovação para estudar o processo evolutivo da mesma no âmbito local.
--	--	--	--	--------------	--

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2025.

Das 06 (seis) pesquisas constantes do Quadro 4, os estudos de Amanda de Albuquerque Queiroga Freire (UFPB) e Larissa Mello do Nascimento (UFBA) não têm autorização para divulgação, razão pela qual não foi possível emitir uma análise mais detida sobre o contexto da Dissertação de Mestrado de ambas. Em relação aos outros 04 (quatro) estudos, pode-se aferir que o estudo de Grayceane Bomfim Santos de Jesus intencionou analisar a implementação e gerenciamento dos Projetos de Tecnologia Social das Universidades Públicas, buscando revelar as ferramentas utilizadas em tais projetos.

A Dissertação de Irlas Evelline de Carvalho Santos analisou a adequação das Políticas Públicas de inovação para o contexto de localidades pouco desenvolvidas no estado de Sergipe. José Ednilson Matos Júnior, por sua vez, desenvolveu pesquisa que, por meio das TS, apresentou iniciativas que resultaram em Políticas Públicas de cunho social, e são exemplos de experiências que se originaram sem o auxílio do poder público. Cita, neste caso, o Programa de Cisternas.

Por fim, a Dissertação de Sérgio Alexandre de Moraes Braga Júnior, embora não necessariamente centrada no descritor Tecnologias Sociais, desenvolveu uma análise para permitir a construção de Políticas Públicas a partir do pressuposto de cidades inteligentes (*smart cities*), sob o foco da seara urbanística e ambiental.

Constata-se que há um centralismo nas discussões envolvendo as TS no âmbito dos PPG's em Administração, o que não surpreende em razão da amplitude que a área permite elaborar em termos de ensino, de pesquisa e de extensão. É pertinente mencionar, todavia, que a utilização das Tecnologias Sociais como meio de identificação de soluções para os problemas locais/regionais/nacionais não está adstrita aos PPG's de Administração, mas a todas as áreas do conhecimento científico, tendo em vista que se trata de uma metodologia capaz de promover o equacionamento da Questão Social com a aplicação de soluções simples, replicáveis

e de fácil manipulação pelos protagonistas da solução desenvolvida, isto é, o público-alvo envolvido com determinado problema social coletivo.

5 Considerações Finais

A presente pesquisa teve como propósito analisar algumas das ações que foram coordenadas por pesquisadores e estudiosos de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) nos últimos 05 (cinco) anos (2020 a 2024), por meio de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Políticas Públicas da Região Nordeste. Para tanto, o estudo se apoiou no descritor Tecnologias Sociais para avançar na abordagem de campo, recorrendo ao Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

A ideia seminal foi conferir as Dissertações e as Teses que envolveram as Tecnologias Sociais como instrumento de pactuação entre a academia e a sociedade, permeando a adoção de Políticas Públicas do Poder Público (local, regional, nacional) na mira da redução ou da mitigação das desigualdades sociais. Certamente que a imbricação entre Tecnologias Sociais e Políticas Públicas tem forte conexão, considerando as concepções apresentadas no presente estudo quanto ao alcance e ao propósito das TS na formação de uma agenda positiva visando à solução de problemas sociais. Portanto, a proposta se pautou na expectativa de que as TS são, em sua gênese, gestadas em espaços que aspiram às Políticas Públicas.

Por outro lado, observou-se que as Dissertações trazidas no Quadro 4, em sua totalidade recorrendo às TS como ponto de suporte teórico-empírico, foram desenvolvidas em PPG de Administração e Gestão Pública. Todas, inclusive, expuseram claramente a relação entre as TS e a adoção de Políticas Públicas com a intenção de resolver os problemas discutidos em cada pesquisa.

Entende-se, portanto, que o presente estudo, embora não tenha consagrado os Programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas como fonte natural das Tecnologias Sociais tomado o período temporal definido, permite afirmar que as TS estão presentes nas discussões que envolvem a Questão Social, as desigualdades sociais e a necessária intensificação de Políticas Públicas assertivas, mesmo que em campos diversos do originalmente pretendido. O fato é que as Tecnologias Sociais podem, naturalmente, ser desenvolvidas nos mais diversos ambientes do conhecimento científico, esperando-se, todavia, que mesmo em Programas

acadêmicos, como os de Políticas Públicas – cuja função social tem como *background* a solução de questões nitidamente desfavoráveis aos coletivos sociais – os encaminhamentos sobre a produção de soluções que mitiguem, atenuem e extingam determinados problemas sociais possam ser conformados.

Como limitações, e já instigando uma agenda para futuras pesquisas, reconhece-se que o presente estudo poderia ser ampliado em termos de área de concentração e Grande Área do Conhecimento, incluindo outros PPG's, não restringindo às Ciências Sociais Aplicada, assim como adotando um recorte temporal mais amplo, buscando abrigar e desvelar outros eventuais estudos envolvendo as Tecnologias Sociais, sempre na perseguição sistemática da solução dos problemas sociais brasileiros. Pode-se, ainda, como alternativa científica, realizar uma análise temporal e comparativa entre os Programas de Pós-Graduação profissionais, sobre os quais regularmente recaem a necessidade de formação de um quadro de mestres e de doutores que produzam um PTT – Produto Técnico Tecnológico, que vem a ser um método, produto, técnica, processo ou desenho elaborado com potencial de gerar impacto social, apoiado(a) em fundamentos inovativos, almejando a solução de problemas práticos e pontuais identificados em determinados arranjos sociais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Leandro Moraes; DINIZ, Márcia Juca Teixeira; BASTOS, Ana Paula; DINIZ, Marcelo Bentes; CAVALCANTE, Livia Maria de Araújo. A importância das universidades e institutos de pesquisa para o sistema de inovação da Região Norte. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 37, p. 143-170, 2011.
- ARAÚJO, Luciene. Restrito acesso à educação superior pública brasileira: uma expressão da questão social. **Revista SER Social**, Brasília, v. 24, n. 50, p. 116-135, jan./jun. 2022. DOI: <https://doi.org/10.26512/sersocial.v24i50.36661>. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/36661. Acesso em: 6 maio 2025.
- ARONSON, Elliot. **O animal social**. São Paulo: Editora Goya, 2023.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Laura Chinchilla: mulher latino-americana e liderança lúcida em cenário desconcertante. In: CHINCHILLA, Laura; PEREIRA, Wagner Pinheiro; LUGO, Carlos (org.). **Democracia, liderança e cidadania na América Latina**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.
- ATKINSON, Anthony B. **Desigualdade**: o que pode ser feito? São Paulo: Editora Leya, 2015.
- BAVA, Silvio Caccia. Tecnologia social e desenvolvimento local. In: LASSANCE JR., Antonio E. et al (org). **Tecnologia social**: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BOURGUIGNON, Jussara Ayres; MARINO, Peterson Alexandre; ALBACH, Camila Aparecida da Silva. A produção acadêmica discente em nível de graduação do curso de Serviço Social da UEPG a partir dos trabalhos de conclusão de curso no período 2010–2020. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v. 24, e2422648, p. 1-21, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.24.2422648.009>. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/22648>. Acesso em: 8 abr. 2025.
- BRAGA JÚNIOR, Sérgio Alexandre de Moraes. **A formulação de políticas públicas e sua limitação operacional**: a construção da agenda de cidades inteligentes de Natal-RN. 2023. 176 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública e Cooperação Internacional) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.
- BRUM, João Paulo Galhardo. A “Questão Social” em Marx enquanto categoria e sua relação com o Serviço Social. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, Montes Claros, MG, v. 8, n. especial, p. 52-61, 2024. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/7968> Acesso em: 4 maio 2025.
- CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas: balanço do debate e proposições analíticas. In: TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves (org.). **Movimentos sociais e políticas públicas**. São Paulo: Editora UNESP, 2021.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 29. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

CASARIL, Carlos Cassemiro. Importância das universidades públicas para a economia local e regional: o caso da Unioeste e Utfpr em Francisco Beltrão, PR. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 70, p. 286-314, jan./abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2019v34n70p286>. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6881214>. Acesso em: 6 mar. 2025.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela (org.). **Desigualdade e questão social**. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2000.

CAVALCANTE, Maria Aparecida Milanez; TEIXEIRA, Solange Maria. A questão social em contexto de crise e restauração neoconservadora do capitalismo. **Revista SER Social**, Brasília, v. 24, n. 50, p. 32-51, 2022. DOI: <https://doi.org/10.26512/sersocial.v24i50.38729>. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/38729. Acesso em: 6 mar. 2025.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Portaria nº 336, de 29 de outubro de 2024. Dispõe sobre a criação, composição, competência e funcionamento dos Colégios de Ciências da Vida; de Humanidades; e de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 211, p. 109-110, 2024.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Brasília, DF: CAPES, c2016. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 26 abr. a 4 maio 2025.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2019.

DUARTE, André de Macedo; CÉSAR, Maria Rita de Assis. Negação da política e negacionismo como política: pandemia e democracia. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 4, e109146, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236109146>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/DsjZ343HBXtdVySJcgmX3VS/?lang=pt>. Acesso em: 6 mar. 2025.

FARIA, Sandra. Crise do capitalismo e a questão social: contribuições ao debate. **Revista SER Social**, Brasília, v. 24, n. 50, p. 13-31, 2022. DOI: <https://doi.org/10.26512/sersocial.v24i50.38808>. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/38808. Acesso em: 8 abr. 2025.

GAMARNIKOV, Eva. Educação, (in)justiça social e direitos humanos: combatendo desigualdades na globalização turbocapitalista. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 52, p. 189-243, jan./mar. 2013.

GHIRALDELLI, Reginaldo. El Trabajo Social brasileño y sus formas de organización política. **Revista de Trabajo Social**, Santiago, n. 100, p. 79-92, jun. 2024. DOI:

<https://doi.org/10.7764/rts.100.79-92>. Disponível em:
<https://revistanortegrande.uc.cl/index.php/RTS/article/view/76614>. Acesso em: 8 abr. 2025.
GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018. DOI:
<http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p514>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rk/a/JGPd8LQgf3yWcxfrRWwjtFN/?lang=pt>. Acesso em: 08 jan. 2026.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Cidade-Estado na antiguidade clássica. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **História da cidadania**. 6. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2021.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HAYEK, Friedrich A. von. **Direito, legislação e liberdade**: os equívocos das políticas de justiça social. São Paulo: Faro Editorial, 2023. v. 2.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Questão social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sociojurídica. In: SALES, Mione Apolinario; MATOS, Maurílio Castro; LEAL, Maria Cristina (org.). **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

JESUS, Grayceane Bomfim Santos. **Metodologia para implantação e gerenciamento de projetos aplicáveis às tecnologias sociais**: uma proposta com base no PMD Pro. 2020. 197 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/14101?mode=full>. Acesso em: 20 jul. 2025.

LAVALLE, Adrián Gurza. Participação, (des)igualdade política e democracia. In: MIGUEL, Luis Felipe. **Desigualdades e democracia**: o debate da teoria política (org). São Paulo: Editora UNESP, 2016.

MACHADO, Ricardo William Guimarães. População em situação de rua e questão social no cenário brasileiro. **MOITARÁ**: Revista do Serviço Social da UNIGRANRIO, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 35-54, 2019. Disponível em:
<https://publicacoes.unigranrio.edu.br/mrss/article/view/5833>. Acesso em: 02 ago. 2025.

MATOS JÚNIOR, José Ednilson. **Políticas públicas baseadas em tecnologias sociais e o semiárido brasileiro**: um estudo sobre o Programa Cisternas. 2021, 135 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/21415>. Acesso em: 15 jul. 2025.

MEIRELLES, Giselle Ávila Leal. Pauperização relativa, desigualdade social e a “questão social” contemporânea. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 15, n. 29, p. 65-88, jan./jun. 2015. DOI: <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2015v15n29p65-88>. Disponível em:
<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/9318>. Acesso em: 15 jun. 2025.

MEIRELLES, Giselle Ávila Leal. Serviço Social e “Questão Social”: fundamentos teóricos e análise contemporânea. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 110-123, 2017.

DOI: <https://doi.org/10.5433/1679-4842.2017v19n2p110>. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/32349>. Acesso em: 6 maio 2025.

MONDAINI, Marco. O respeito aos direitos dos indivíduos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

MORAIS, Fabrício Higo Monturil; GUIMARÃES, Jairo de Carvalho; LOPES, Wilza Gomes Reis. Produção científica (2011-2021) sobre políticas públicas voltadas ao semiárido por meio de tecnologias sociais. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade (AOS)**, Belém, v. 12, n. 2, p. 86-110, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.17648/aos.v12i2.2701>. Disponível em: <https://revistas.unama.br/index.php/aos/article/view/2701>. Acesso em: 6 maio 2025.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PAULO NETTO, José. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. **Revista Temporalis**, Brasília, DF, v. 2, n. 3, p. 41-50, jan./jul. 2001.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PINHEIRO, Hamida Assunção; SENNA, Mônica de Castro Maia; LARA, Ricardo. A pós-graduação *stricto sensu* brasileira na área de Serviço Social: avanços e desafios em uma era de austeridade. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 57, p. 22-35, dez, 2024. DOI: <https://doi.org/10.12957/rep.2024.88445>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/88445>. Acesso em: 20 jan. 2025.

QUEIROZ, Larissa; BARBOSA, Vanessa Barbosa; SOUZA, Maiko; LUCENA, Bruno. A saga de um empreendedor em busca do desenvolvimento de povos da floresta por meio da tecnologia social encauchados de vegetais da Amazônia. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 10, p. 100-137, abr., 2025. Edição Especial. Disponível em: <https://www.relise.eco.br/index.php/relise/article/view/978>. Acesso em: 26 jun. 2025.

REIS, Eduardo Castellani Gomes; VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Desigualdades sociais, territórios da vulnerabilidade e mobilidade urbana. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 26, n. 60, p. 537-560, maio/ago. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2024-6007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/TcBs56trZdkkrMDYLsMR8jn/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2025.

SANDEL, Michel J. **O descontentamento da democracia**: uma nova abordagem para tempos perigosos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

SANTOS, Irlas Evelline de Carvalho. **Políticas públicas de inovação**: um estudo em localidades pouco desenvolvidas. 2022.106 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/21388>. Acesso em: 29 jun. 2025.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social, v. 6).

SEIXAS, Aline Silva; LIMA, Thaisi Leal Mesquita; LIMA, Gabriel Maciel; DANTAS, Thomas Kefas de Souza; GUIMARÃES, Patrícia Borba Vilar. As tecnologias sociais como instrumento para o desenvolvimento nacional. *In*.: International Symposium on Technological Innovation – ISTI. **Anais...** Aracaju/SE, 23 a 25/09/2015, v. 3, n. 1, p. 10-17, 2015. DOI: 10.7198/S2318-3403201500030002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/287404832_AS_TECNOLOGIAS_SOCIAIS_COM_O_INSTRUMENTO_PARA_O_DESENVOLVIMENTO_NACIONAL. Acesso em 04 maio 2025.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVEIRA, Jucimere Isolda. Assistência social em risco: conservadorismo e luta social por direitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 130, p. 487-506, set./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.120>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/LWDC6jLtzyRtGBT3pPS4BGK/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 6 mar. 2025.

SINGER, André; ARAUJO, Cicero; BELINELLI, Leonardo. **Estado e Democracia**: uma introdução ao estudo da política. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SIRÉN, Sebastian. Is there anything Left? The politics of social spending in new democracies. **Governance**, v. 34, n. 1, p. 67-86, 2021. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/gove.12466>. Acesso em: 10 abr. 2025.

SOWELL, Thomas. **Falácias da Justiça Social**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2024.

STEIN, Rosa Helena. A (nova) questão social e as estratégias para seu enfrentamento. **Revista SER Social**, Brasília, DF, n. 6, p. 133-168, 2009. DOI: https://doi.org/10.26512/ser_social.v0i6.12853. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12853. Acesso em: 29 jun. 2025.

TELLES, Vera da Silva. Questão social: afinal, do que se trata? **São Paulo em Perspectiva**, v. 10, n. 4, p. 85-95, out./dez. 1996.

TOCQUEVILLE, Alexis. **Da democracia na América**. Campinas, SP: VIDE Editorial, 2019.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. Do direito à cidade ao comum urbano: contribuições para uma abordagem lefebvriana. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 370-404, jan. 2020. DOI: <https://doi.org/10.12957/dep.2020.48273>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/48273>. Acesso em: 10 abr. 2025.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. *In*: CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela (org.). **Desigualdade e questão social**. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2000.

MINI BIOGRAFIA

Jairo de Carvalho Guimarães

Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestrado em Administração pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor Associado II da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP/UFPI). Bolsista de Produtividade CNPq (2024-2027).

E-mail: jairoguimaraes@ufpi.edu.br